

## OPINIÃO

A COR DO  
DINHEIRO

**CAMILO LOURENÇO**  
Analista de economia  
camilolourenco@gmail.com

## O que interessa é ouvir “A Internacional”

A Ordem dos Médicos lançou novo desafio ao Governo, ao pedir reformas para que as Urgências não fechem no inverno. O primeiro-ministro, que depois dos primeiros fechos de Urgências, disse que o assunto estaria resolvido em semanas, devia estar preocupado. Porque os médicos internos, que suportam o grosso das horas extraordinárias, recusam-se a fazer mais do que o limite legal (150 horas). Ora, como se sabe, pela boca do coordenador do grupo de trabalho nomeado pelo Governo, eram estes médicos que estavam a segurar as pontas...

Como Miguel Guimarães já fez repe-

tidos avisos, mas o problema continua por resolver, só quando o desastre tiver ocorrido, é que o Governo vai acordar. Tal como aconteceu, aliás, com as Urgências de Ginecologia/Obstetria.

A intervenção do bastonário seguiu-se ao encontro com representantes dos médicos internos que em 19 de agosto escreveram à ministra lembrando que não conseguem garantir a sua formação porque têm de fazer Urgências para substituir a falta de especialistas. Acresce que esta carta tinha sido antecedida de outra, enviada por especialistas de ginecologia/obstetria, a denunciar o

mesmo problema.

O que tudo isto revela é que quem dirige o Ministério da Saúde não sabe o que é gestão: não ouve, não antecipa problemas e, quando estes rebentam, chuta para canto: ou aprova uma lei que cria um CEO para o SNS... ou nomeia uma comissão para estudar as Urgências.

Toda a gente que conhece o SNS sabe qual é a solução. Mas o Governo não mexe uma palha. Porque António Costa não quer reformas, ainda por cima dolorosas, e porque as soluções chocam com a cabecinha de quem ouve “A Internacional” quando está stressado. ■

ACADEMIA  
E REALIDADE

**PEDRO BRINCA**  
Professor Auxiliar da Nova  
School of Business and  
Economics

## Justiça demorada é justiça negada

**E**xiste uma perceção generalizada de que a justiça em Portugal é morosa. Mas a realidade é mais complexa do que à primeira vista pode parecer. No último relatório da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça<sup>1</sup>, a justiça portuguesa apresenta estatísticas de desempenho nas categorias de casos cívicos e casos criminais que estão perfeitamente dentro da realidade do resto dos países analisados. O atual desempenho, que diz respeito a 2018, mostra uma melhoria substancial tendo-se conseguido diminuir para 229 dias o tempo médio dos processos cívicos e comerciais, cerca de metade do que era em 2010.

O problema vem quando falamos dos tribunais administrativos e fiscais, que são os que julgam conflitos que resultem das relações entre os particulares – sejam cidadãos ou empresas – e a Administração Pública. O caso português é verdadeiramente extraordinário pela negativa. Em média, na amostra de países que o estudo cobre, um processo demora 241 e 209 dias a ser resolvido nos tribunais de primeira e segunda instância respetivamente. Em Portugal, es-

ses números são de 927 e 1015 dias respetivamente.

A morosidade da justiça e o seu impacto social e económico é algo que tem sido estudado. Um estudo feito por Giacomelli e Menon sobre a realidade italiana<sup>2</sup> mostra que uma redução do tempo médio processual de 10% leva a um aumento em 2% do tamanho das empresas e de um aumento das receitas da mesma ordem de magnitude. Matthew Chemin usa uma reforma do sistema judicial na Índia para mostrar que a redução dos tempos processuais levou a um menor incumprimento de contratos, maior investimento e melhor acesso a crédito<sup>3</sup>. Tempos processuais mais longos contribuem também para que haja menos despedimentos, mas à custa de menor criação de emprego e de uma menor produtividade do trabalho<sup>4</sup>, como mostram Gianfreda e Vallanti.

Estes trabalhos académicos são apenas três gotas de água no oceano de literatura que mostra os efeitos perniciosos da morosidade dos tribunais na atividade económica. Por outro lado, nem sequer nos podemos queixar de que não existe uma per-

feita consciência do problema. Em declarações recentes à comunicação social, a presidente do Supremo Tribunal Administrativo e Fiscal disse que era “uma vergonha o ponto a que chegou a morosidade na sua jurisdição, onde há casos à espera de uma decisão há 10 ou até 20 anos”. Mas não se ficou por aqui: disse inclusive que a Autoridade Tributária tinha “dificuldades em respeitar as decisões judiciais e que abusa dos mesmos nos litígios com os contribuintes”<sup>5</sup>. Ou seja, não só ao cidadão português lhe é negado o acesso à justiça pela morosidade dos processos como o próprio estado usa isso como uma arma contra todos nós.

Entre as razões citadas para os atrasos está uma que é transversal a tantos outros setores da administração pública – a falta de investimento. O presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses queixa-se, entre outras coisas, da “existência de instalações indignas [...] sem gabinetes de trabalho, salas de audiências e equipamentos em número suficiente”<sup>6</sup>. Num contexto em que temos um PRR desenhado que foi para se substi-

tuir ao Estado em termos de investimento público e que prevê até 2025 267 milhões de euros para investir na justiça, seria importante perceber o retorno que o Estado espera ter desse investimento. Não basta dizer que é para aumentar a eficiência, reduzir obstáculos ou cargas administrativas. Mal seria se não fosse. É preciso dizer quanto. E para quando. Porque justiça demorada é justiça negada. ■

<sup>1</sup>Disponível em <https://rm.coe.int/evaluation-report-part-2-english/16809fc059>, dados respeitantes a 2018

<sup>2</sup>Disponível em <https://doi.org/10.1093/jcg/1bw030>

<sup>3</sup>Disponível em <https://doi.org/10.1093/jleo/cwq014>

<sup>4</sup>Disponível em <https://doi.org/10.1086/692833>

<sup>5</sup>Declarações disponíveis em: <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/03/14/demora-nos-tribunais-administrativos-e-fiscais-e-uma-vergonha-administrativo-do-supremo/275966/>

<sup>6</sup>Declarações disponíveis em: <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/03/11/juizes-fartos-de-promessas-querem-resolver-problema-da-justica-administrativa-e-fiscal/275990/>

Não só ao cidadão português lhe é negada o acesso à justiça pela morosidade dos processos como o próprio Estado usa isso como uma arma contra todos nós.